



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 6ª REGIÃO
Coordenadoria-Adjunta dos Juizados Especiais Federais

PORTARIA COJEF 5/2025

O DESEMBARGADOR FEDERAL GRÉGORE MOREIRA DE MOURA, TITULAR DA COORDENADORIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS (COJEF) DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 6ª REGIÃO, E O JUIZ FEDERAL AUXILIAR DA COJEF / TRU RONALDO SANTOS DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO:

- a) que os JEFs itinerantes serão organizados de acordo com programação anual elaborada pela COJEF, com base em proposta das coordenações locais e/ou na constatação de sua necessidade, conforme art. 2º, caput, da Resolução Presi 43;
- b) a necessidade de elaboração da programação orçamentária para o próximo exercício;
- c) a necessidade de proposta preliminar para composição da programação dos JEFs Itinerantes para o próximo ano;
- d) o disposto no art. 2º e parágrafos, da Resolução Presi 43;
- e) o teor do art. 13 da Res. PRESI 43/2024,

RESOLVEM:

Art. 1º. A proposta preliminar dos JEFs Itinerantes deverá ser apresentada até o último dia útil do mês de março de cada ano, para composição da programação do ano seguinte.

Art. 2º. A proposta de itinerantes deverá ser encaminhada à COJEF, sendo que nas Subseções Judiciárias com duas ou mais varas de JEF a proposta deverá estar acompanhada de manifestação prévia da Coordenadoria Local das Varas e dos Juizados Especiais Federais Adjuntos – COSEC.

Art. 3º. Na elaboração da proposta deverão ser detalhados os seguintes tópicos:

- I** - localidade e período de realização;
- II** - estimativa de população atendida pelo itinerante;
- III** - municípios atendidos (incluindo-se os povoados, vilarejos, núcleos rurais, assentamentos), com a indicação de suas jurisdições;
- IV** - atividades programadas;

V - magistrados, servidores e demais profissionais envolvidos;

VI - indicação da coordenação do Itinerante;

VII - meio de locomoção para deslocamento até o local de realização do itinerante, com preferência para o transporte terrestre;

VIII - previsão de despesas (diárias e transporte);

IX - perfil socioeconômico da população da região;

X - existência de local para abrigar as fases de atermção e de audiências;

XI - existência de Agência da Previdência Social na localidade ou proximidade;

XII - existência de Defensoria Pública na localidade ou proximidade;

XIII - existência de Faculdades de Direito que possam apoiar o evento;

XIV - dificuldades de locomoção dos jurisdicionados até a sede do JEF;

XV - previsão do número de atermações para fins de instrução e julgamento.

Art. 4º. Para fins de cálculo da previsão de despesas, deverão ser observadas as seguintes regras:

I) Fase de divulgação:

a) deslocamento, por até quatro dias corridos, do magistrado responsável pela coordenação do itinerante ao município contemplado com o evento e até dois servidores.

b) O magistrado coordenador do evento poderá, caso verifique a necessidade, indicar o servidor que o acompanhará para prestar-lhe assistência direta.

c) O pagamento de diárias deverá observar o definido na Resolução CJF n. 340/2015 e na Portaria Presi 19/2024, do TRF6.

II) Fase de atermação:

a) deslocamento, por até sete dias corridos, do magistrado coordenador e de até sete servidores, incluindo-se um técnico especializado em tecnologia da informação e um agente da Polícia Judicial.

b) excepcionalmente, nessa fase, poderá haver a participação de até dois agentes da Polícia Judicial, para realizar o transporte da equipe, aumentando-se, nesse caso, o quantitativo de servidores para oito.

c) o magistrado coordenador do evento, caso verifique a necessidade, poderá designar, entre os servidores participantes, exclusivamente um para prestar-lhe assistência direta.

d) O pagamento de diárias deverá observar o definido na Resolução CJF n. 340/2015 e na Portaria Presi 19/2024, do TRF6.

III) Fase de audiências:

a) a quantidade de magistrados e a duração desta fase do itinerante dependerão da quantidade de ajuizamentos realizados na fase anterior.

b) cada juiz designado poderá contar com um servidor, por ele indicado, para prestar o assessoramento na realização da audiência e prolação da decisão.

c) o magistrado coordenador do evento poderá, caso verifique a necessidade, indicar um servidor, além daquele que o assessorará nas audiências e prolação de decisões, para prestar-lhe a assistência direta.

d) a equipe de suporte técnico e apoio à realização do itinerante será composta por até dois técnicos em tecnologia da informação; até dois agentes da Polícia Judicial; até três servidores responsáveis pela emissão e migração de requisições de pequeno valor - RPV; e até um servidor por magistrado participante.

e) O pagamento de diárias deverá observar o definido na Resolução CJF n. 340/2015 e na Portaria Presi 19/2024, do TRF6.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DESEMBARGADOR FEDERAL GRÉGORE MOREIRA DE MOURA

Coordenador dos Juizados Especiais Federais (COJEF) Tribunal Regional

Federal da 6ª Região

RONALDO SANTOS DE OLIVEIRA

Juiz Federal Auxiliar da COJEF / TRU



Documento assinado eletronicamente por **Ronaldo Santos de Oliveira, Juiz Federal**, em 03/07/2025, às 19:53, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Grégore Moura, Desembargador Federal**, em 03/07/2025, às 20:28, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.trf6.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1299061** e o código CRC **FC707554**.